

MERCADOS CAMPONESES NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOCUMENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Adolfo OLIVEIRA NETO²

Resumo

Qual é a visão hegemônica que os movimentos camponeses têm sobre mercados na América Latina? É este debate que procuramos enfrentar neste artigo. A partir de uma leitura dos documentos e declarações finais de encontros realizados nos últimos 10 anos de alguns dos principais movimentos sociais camponeses da América Latina, procuramos identificar como o mercado aparece nestes documentos. Mesmo considerando a pluralidade de posições presentes dentro dos movimentos e que estes documentos representam uma síntese seletiva, acreditamos que expressam a posição hegemônica do sujeito coletivo. Dentre as organizações analisadas, destacamos neste texto os documentos da Via Campesina e da Cúpula dos Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala. Como resultados, identificamos uma dupla visão sobre Mercados nos documentos. A primeira, e predominante, avalia o “Mercado” como o resultado de um movimento geral e hegemônico da atual fase do capitalismo, que age no sentido de espoliar os povos e as nações, apropriando-se da natureza e da riqueza socialmente produzida para fins privados e exógenos. A segunda, ainda tímida nos documentos, pensa nos espaços de circulação das mercadorias produzidas por estes movimentos, buscando constituirlos a partir de elementos democratizantes, populares e justos.

Palavras-chave: mercados, camponeses, América Latina.

Abstract

What is the hegemonic view that the peasant movements have on markets in Latin America? It is this debate we seek to address in this article. From a reading of the documents and final declarations of meetings held over the last 10 years some of the major peasant social movements in Latin America, sought to identify how the market appears in these documents. Even considering the plurality of present positions within the movements and that these documents represent a selective summary, we believe that express the hegemonic position of the collective subject. Among the analyzed organizations, we highlight this text documents from Via Campesina and the Summit of Indigenous Peoples and Nationalities of Abya Yala. As a result, we have identified a dual insight into markets in the documents. The first and predominant, evaluates the "market" as the result of a general and hegemonic movement of the current phase of capitalism, which acts to plunder peoples and nations, appropriating nature and socially produced wealth for purposes Private and exogenous, The second, still shy in the documents, think of the circulation spaces of the goods produced by these movements, seeking to establish them from democratizing elements, popular and just.

Keywords: markets, peasants, Latin America

¹ Este artigo é parte da pesquisa "A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NA AMAZÔNIA A PARTIR DA DENDECULTURA: análise a partir das ações do grupo Agropalma no Pará", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

² Professor Adjunto I da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do GPEG/CNPQ. E-mail: adolfoneto@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A questão agrária na América Latina vem reavivando seus contornos nos últimos anos. Duas evidências que demarcam esta questão podem ser observadas, de um lado, no aumento dos conflitos que tem tomado novas formas e atingido novas dimensões e, por outro, na atualidade renovada das disputas e projetos de reforma agrária.

Em levantamento recente sobre a primeira questão, Montenegro (2010) faz uma lista panorâmica sobre alguns dos elementos de conflito, destacando:

Conflitos pela concentração fundiária, conflitos pela demarcação de terras indígenas, conflitos pela preservação ambiental, conflitos pela extração devastadora de recursos naturais, conflito pela construção de megainfraestruturas, conflitos pela expansão do agrohidronegócio, conflito pelo controle da produção de alimentos, conflito pela manutenção das formas de vida tradicionais, conflitos pela expropriação, expulsão e exclusão dos camponeses, dos povos e comunidades tradicionais, conflito pela implementação de estratégias de desenvolvimento. (p. 13)

Estas questões trazem à tona a complexidade da questão agrária na América Latina. Uma imersão no tema revela ainda a pluralidade de bandeiras de luta, de formas de ação, estratégias de organização e do próprio campesinato, que assume formas múltiplas na região. Somam-se a estes elementos questões outras como as dificuldades impostas à população cubana pelo bloqueio Estadunidense, o processo de negociação de paz na Colômbia, as dificuldades encontradas pela população haitiana para reconstruir o país, a luta pela construção dos Estados plurinacionais, a luta pela nacionalização dos hidrocarbonetos e a luta contra a estrangeirização das terras são algumas das formas que os povos do campo se enfrentam contra as mais variadas formas de avanço do capital na América Latina e afirmação dos direitos territoriais das populações camponesas.

Sobre a segunda questão, acreditamos que ainda que

pese as pressões de seus adversários, a reforma agrária voltou a ocupar recentemente uma posição central nos debates, nos processos sociais, nas atividades políticas e alguns programas governamentais, ao apresentar-se como uma oportunidade concreta dentro da estratégia de reprodução social para uma parte considerável de famílias camponesas e trabalhadores rurais do planeta (LEITE; ÁVILA, 2008, p. 303-304)

Esta vitalidade é o resultado das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais no continente, que continuam pressionando os governos para a realização da reforma agrária, que acreditamos que seja uma das bandeiras mais presente e mobilizadora do conjunto de políticas

pautadas pelos movimentos camponeses, mesmo reconhecendo o crescimento de outras pautas.

Avança também as formas de organização, que seguem consolidando a sua articulação em rede em nível continental, cujas duas grandes referências podem ser encontradas no modelo de organização da Via Campesina e na Cúpula dos Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala.

A internacionalização das formas de organização e luta nos permitem perceber hoje as múltiplas escalas em que deve ser feito o enfrentamento, articulando povos e bandeiras como solidários aos enfrentamentos ao capital.

As formas de avanço do capitalismo no campo não escolhem sujeitos nem Estados. Elas avançam a procura de realizar seus objetivos e considera como resíduo todas as determinantes sociais e naturais, tentando subordiná-las ou eliminá-las. A denúncia a este processo está presente na ação de diversos movimentos analisados neste texto, no entanto, acreditamos que uma das denúncias mais explícita é feita na Cúpula de Abya Yala em 2007 quando as diversas organizações de cerca de 22 países ratificam que

Vivemos séculos de colonização e hoje a imposição de políticas neoliberais, chamadas de globalização, que continuam despojando e saqueando nossos territórios, apoderando-se de todos os espaços e meios de vida dos povos indígenas, causando a degradação da Mãe Natureza, a pobreza e a migração, pela sistemática intervenção na soberania dos povos pelas empresas transnacionais, em cumplicidade com os governos. (III Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala - “Da resistência ao poder”, 2007, p. 01).

No entanto, em diversos encontros posteriores as organizações do campo novamente são chamadas a questionar a permanência deste processo de acumulação despótica do capital, que usa de todas as armas possíveis para controlar os recursos naturais e explorar a mais valia. Um exemplo é a denúncia feita em 2013 no Encontro de Povos da Meso-América. Nele os movimentos presentes destacam que

Atualmente vivemos sob um modelo econômico e político baseado na expropriação e extração acelerada dos nossos bens comuns, como minerais, água, florestas, petróleo, ar, gás, carvão, conhecimento, através de expropriação e mercantilização dos nossos territórios ancestrais. (Encuentro de Pueblos de Mesoamérica, 2013, p. 01)

Isto acirra as contradições no campo na América Latina e reaviva a questão agrária. Na mesma medida em que avançam as iniciativas dos grandes conglomerados ligados aos agrohidronegócio, formulam-se estratégias de enfrentamento e resistência.

Percebemos que o capitalismo continua produzindo dentro do seu movimento incessante em busca de se reproduzir, as contradições capazes de formular linhas políticas e propostas de ação que buscam a sua superação. O campesinato continua existindo como elemento contraditório no sistema. Como nos lembra Oliveira (1986, p. 29) “O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições”.

A conflitualidade passa a ser então um elemento intrínseco ao capitalismo e, por sua vez, a resistência camponesa e à sua relação com o mercado. Conflitualidade inerente porque é justamente no mercado que está um dos elementos mais brutais de subordinação ao capitalismo, ao passo que é nele que os camponeses estabelecem as relações de troca necessárias para a sua manutenção.

QUAL É O MERCADO DOS CAMPONESES?

O mercado, entendido como “livre mercado capitalista” não é capaz de atender aos interesses do campesinato. Muito pelo contrário. Sua natureza desigual e as tentativas de maximização dos lucros presentes em suas relações reforçam as desigualdades e aprofundam a concentração de riquezas e de terras.

Sobre esta questão é fonte importante de consulta o trabalho de Carter; Zimmerman (2001) que analisando a América Latina mostram a partir de modelos econômicos que se deixados aos ditames do mercado, os problemas da questão agrária tendem a um aprofundamento, aumentando principalmente a concentração de terras.

Acreditamos que o mercado capitalista não é livre e as disputas não se dão sobre a mesma base para todos os agentes. O próprio Estado atua no sentido de privilegiar determinados grupos econômicos para que estes realizem seus interesses. Corroboramos com a visão de Fernandes ao afirmar que

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto de fato o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começo, mas nos resultados das políticas. Com esse poder de controle social, o mercado é o paraíso do agronegócio e o purgatório da agricultura familiar (FERNANDES, 2013, p. 141).

Neste sentido, a luta pela reforma agrária é uma luta pela tentativa de elevar as ações do Estado em apoio à agricultura camponesa a patamares ao menos próximos do apoio despendido ao agronegócio.

Soma-se a isto o fato da complexidade da questão agrária na região exigir que, para que a reforma agrária alcance seus objetivos, o processo de distribuição de terras seja acompanhado de políticas que interfiram em toda cadeia econômica camponesa, desde o processo de produção, passando pela circulação, troca e consumo. Vários estudos sinalizam nesta direção e exemplificamos com Leite; Ávila (2008, p. 307) que defendem que

É conveniente observar também que o simples aumento das somas destinadas não é uma condição suficiente para a redução da pobreza no meio rural, pois é necessário que os beneficiários tenham acesso a estes recursos mediante a posse de ativos como a terra e mediante políticas macroeconômicas favoráveis.

Esta perspectiva também é assumida pelos movimentos sociais camponeses. No caso deles, há uma tentativa de construção de uma articulação mais profunda entre os mercados e a dinâmica dos territórios camponeses, subordinando o primeiro ao segundo.

Em diversos encontros, congressos, documentos e declarações, os movimentos sociais da América Latina expõem esta questão. Tomaremos como referência a declaração política do IV Congresso da Coordenadoria Latinoamericana das Organizações do Campo, que possui atuação na maioria dos países da região. Nela, os movimentos signatários apontam para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que supere a visão da natureza como recurso e a ética menor do mercado capitalista que mercantiliza todas as formas de vida e relação.

Tal congresso afirma que é necessário “construir una alternativa política al modelo, desarrollando una perspectiva campesina de un futuro justo, igualitario y sin ninguna forma de discriminación” (IV CCLOC, 2005, p. 01).

Esta questão também é defendida por outros movimentos. Outro exemplo pode ser encontrado na declaração política da IV Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala por Estados Plurinacionais e Bem Viver. Nela, os delegados oriundos de 22 países afirmam a necessidade de “Defender a soberania alimentar, priorizando os cultivos nativos, o consumo interno e as economias comunitárias. Mandato para que nossas organizações aprofundem nossas estratégias de Bem Viver e as exercitem a partir de nossos

governos comunitários” (IV Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala por Estados Plurinacionais e Bem Viver, 2009, p. 01).

Em relação às dificuldades para a comercialização dos produtos, um elemento importante destacado por grandes partes dos movimentos é a necessidade de políticas públicas que garantam a compra dos produtos oriundos da agricultura camponesa. Ao lado deste elemento, outras questões se articulam, como a necessidade de crédito agrícola, política de preços mínimos e assistência técnica, entre outros. Um dos exemplos desta questão é dado pela Via Campesina (2013, p. 146-147) ao defender que

prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno; preços rentáveis aos pequenos agricultores; estabelecimento de uma nova política de crédito rural; que a política de pesquisa a partir das necessidades dos camponeses e da produção de alimentos; adequação da legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos.

Esta visão ganhou espaço na pauta política de diversos movimentos sociais na América Latina. Movimentos sociais de diversas filiações assumem esta bandeira e afirmam a necessidade de uma política ampla de proteção das formas de produzir camponesa para que estes produtos acessem o mercado de forma diferenciada. Outro exemplo pode ser encontrado nas declarações do MST, quando afirma, por exemplo, que

Tal programa deverá prever apoio, a fundo perdido, de pequenas estruturas de transporte, de armazenamento e de infraestrutura aos pontos de vendas dos assentados e à articulação regional da produção dos assentados, apoio à realização de feiras livres em nível local-regional (treinamento, intercâmbio de experiências, aquisição de equipamentos, divulgação). (MST, 2012, p. 194)

Esta questão também é apresentada por autores que avaliam a questão agrária na América Latina. Um exemplo pode ser encontrado em Fernandes (2013, p. 56) ao afirmar que

Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para exportação. Enfatizando novamente, cada território precisa produzir políticas de acordo com sua lógica, seu modo de produção. As políticas dos territórios camponeses não podem, portanto ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio.

No entanto, grande parte das políticas de reforma agrária na região não levam em consideração a complexidade da questão agrária e se limitam apenas na primeira etapa, que é

o processo de redistribuição de terras, não se prolongando em outras políticas estruturais que permitam uma relação mais autônoma do campesinato com os mercados.

Neste caso, a luta dos movimentos sociais pela consolidação dos territórios camponeses com um projeto de economia popular e solidária e a defesa da soberania alimentar ainda encontra barreiras na maioria dos Estados da América Latina para se efetivarem.

198

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela reforma agrária vem se alongando em outras lutas na América Latina. Atualmente os movimentos sociais vêm debatendo a necessidade de se ampliar as políticas no sentido de garantir não apenas o acesso à terra, mas condições dignas de vida, políticas ligadas à produção e, mais recentemente, políticas que permitam acesso aos produtos camponeses a “novos” mercados.

Estes mercados são o reforço da circulação e troca em espaços populares, como as feiras livres, e a tentativa de articulação de redes econômicas solidárias. Além da luta pela consolidação destes espaços, o acesso às demandas institucionais de alimentos permite um novo campo de comercialização para os produtos camponeses.

Nesta maneira, a discussão sobre mercados vêm ganhando novos contornos e buscando fortalecer iniciativas que vinculem os parâmetros de construção do território camponês aos mercados populares e solidários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTER, M; ZIMMERMAN, F. Podem o tempo e os mercados resolver a questão agrária? Visões macroeconômicas sobre a persistência e os custos da desigualdade de propriedades de terras na América Latina. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Economia da reforma agrária: evidências internacionais**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: MDA, 2001. (p. 325-358)

DECLARATORIA: **Encuentro de Pueblos de Mesoamérica: Si a la Vida, No a la Minería. Capulálpam de Méndez**, Oaxaca, México. 19 de enero de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**, v.1. Tese (livre-docência). Presidente Prudente: UNESP, 2013.

III CÚPULA CONTINENTAL DE `POVOS E NACIONALIDADES INDÍGENAS DE ABYA YALA. “**Da resistência ao poder**”, Iximche’, Guatemala, 2007.

IV CONGRESSO DE LA COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. Guatemala, 2005.

IV CÚPULA CONTINENTAL DE POVOS E NACIONALIDADES INDÍGENAS DE ABYA YALA POR ESTADOS PLURINACIONAIS E BEM VIVER, Mama Quta Titikaka, 2009.

LEITE, S; ÁVILA, R. El sentido de la reforma agrária en los procesos de desarrollo: por una crítica a los límites de la visión económico-reduccionista y al modelo de modernización agrícola. In: FERNANDES, B. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2008. (p. 303-323)

MONTENEGRO, J. Conflitos Pela Terra e Pelo Território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, M; SANTOS, R. **Geografia agrária: território e desenvolvimento**. São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2010 (p. 13-34)

MST. Proposta de reforma agrária do MST – 1995. In: STEDILE, J. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. (p. 187-210)

OLIVEIRA, A. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: ÁTICA, 1986.

VIA CAMPESINA BRASIL. Plataforma política para a agricultura brasileira. In: STEDILE, J. **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. V. 08. (p. 141-148).